



ANTES DE SER TAMANDARÉ:

JOAQUIM MARQUES LISBOA NA CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Pedro Ramos Barreto Valeiko *

*Alocução proferida durante a Sessão Solene
alusiva ao Dia da Independência do Brasil*

O processo de Independência do Brasil se diferencia, em muitos aspectos, do modelo seguido pelos outros países americanos, os quais, de maneira geral, manifestaram-se por revoluções liberais, republicanas e de inspiração iluminista, que reivindicavam a direção política das colônias para a população local, a emancipação das metrópoles europeias e mudanças sociais. Por outro lado, no Brasil, a monarquia portuguesa se instalara em 1808, como resultado da invasão de Portugal por tropas napoleônicas (Costa Braga, 2018, p.45), o que garantiu maior continuidade ao modelo do “Antigo Regime” na América portuguesa.

O cenário de relativa estabilidade se alterou quando, em 1820, a Revolução do Porto se levantou para exigir uma configuração mais liberal no Reino de Portugal, por meio de uma Constituição Nacional (Costa Braga, 2018, p. 45). Ao que tudo indicava, as cortes revolucionárias, na prática agora dirigentes da política, exigiam medidas que conduziram a um reestabelecimento do *status quo* colonial para o Brasil, pois acreditavam que as dificuldades experimentadas na metrópole eram resultado, sobretudo, da permanência da Corte no ultramar e da autonomia concedida à antiga colônia (Costa Braga, 2018, p.45). Ao reverso, as elites brasileiras, principalmente do Rio de Janeiro, São

Paulo e Minas Gerais, percebiam que os avanços políticos e econômicos alcançados desde 1808 estavam em risco (Costa Braga, 2018, p.47).

Os desencontros acerca das perspectivas de futuro promoveram pressões sobre o Príncipe D. Pedro, que permaneceu no Brasil como regente após o retorno da Corte. Em 9 de janeiro de 1822, o Príncipe nega seu retorno a Portugal e, em 7 de

Embarque da família real para o Brasil

Obra de Nicolas-Luis-
Albert Delerive (atrib.)



Chegada da Corte portuguesa

Wikimedia
Commons





Imperador Pedro I ordena ao oficial português Jorge Avilez que retorne a Portugal após sua rebelião fracassada
Obra de Oscar Pereira da Silva

setembro, declara o rompimento definitivo (Costa Braga, 2018, p. 50).

O que seguiu foram longos anos de confronto para que o Império do Brasil se estabelecesse como país uno, soberano e independente, tendo sua integridade territorial ameaçada por conflitos externos e internos diversas vezes. É nesse contexto que muitos brasileiros e estrangeiros contratados para a causa nacional se entregaram à árdua tarefa de pelear pela conservação do Império (Andrea Frota, 2009, p. 12). Dentre eles, estava o jovem Joaquim Marques Lisboa, que mais tarde se tornaria Marquês de Tamandaré e Patrono da Marinha do Brasil.

O propósito deste texto fica então evidente: a partir da trajetória do mais notável homem do mar brasileiro, fazer memória do processo que levou ao nascimento da pátria, por meio de uma perspectiva inerente à Marinha e que permite profundas reflexões acerca do caráter marinho.

Naquele momento da história, entretanto, era Joaquim apenas o jovem filho do bem-sucedido comerciante e prático português Francisco Marques Lisboa, que se estabelecera na vila de Rio Grande de São Pedro do Sul (Neves Alves, 2007, p. 18). Em contato com o trabalho de seu pai, aprendera desde muito novo a navegação e a marinharia, tendo conduzido uma escuna mercante do Cabo de Santa Marta, em Santa Catarina, até a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, aos treze anos de idade, sob a orientação do seu comandante (Cheuíche, 2018, p.37). O jovem precisou ainda convencer seus pais a respeito de sua vocação para



Aclamação de Dom Pedro I, Imperador do Brasil
Obra de Jean-Baptiste Debret

o mar (Neves Alves, 2007, p.19), consciente de recusar uma vida abastada, advinda do comércio, para abraçar outra de sacrifícios e riscos (Cheuíche, 2018, p.40).

O agravamento da situação política com o Reino de Portugal, todavia, acabaria favorecendo as intenções de Joaquim. Seu pai aderiu imediatamente à independência, conquanto fosse um português de nascença, recebendo por isso a Comenda da Ordem de Cristo, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I (Neves Alves, 2007, p.19). Esse fato contribuiu para que escrevesse, ao Ministro e Secretário de Negócios da Marinha, um requerimento de incorporação de seu filho à Armada Imperial como voluntário (Andrea Frota, 2009, p.13). A resposta foi-lhe endereçada nos seguintes termos:

Sr. Joaquim Marques Lisboa. Em consequência das ordens o Ilmo. Sr. Luís da Cunha Moreira, Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, é V. Mercê nomeado para embarcar, na qualidade de Voluntário da Armada, recebendo somente a ração, a bordo da Fragata Niterói, comandada pelo Capitão de Fragata John Taylor, a quem V. Mercê se apresentará, ficando na inteligência que deverá exercitar a bordo todas as práticas e serviços pertinentes a piloto e marinho, e que para entrar em oficial de patente da Marinha Imperial deve seu comandante informar bem de seu comportamento, inteligência e conduta. Deus guarde a V. Mercê. Quartel General da Marinha,

A Proclamação da Independência

Obra de François-René Moreaux



em 4 de março de 1823. João Justiniano Gomes da Silva. *Ajudante de Ordens*. (Cheuiche, 2018, p.39).

A Fragata “Nichteroy” não pôde acompanhar a esquadra comandada pelo Almirante Lorde Cochrane, que suspendeu a 1º de abril de 1823, por necessidade de reparos e para completar sua guarnição (Andrea Frota, 2009, p.13). Somente dez dias depois, reunindo-se à esquadra a tempo de combater o adversário nas proximidades de Salvador (Costa Braga, 2007, p. 99). Joaquim teve então seu batismo de fogo no dia 4 de maio de 1823, enfrentando a esquadra portuguesa superior, porque dispunha de 366 canhões contra 242 da Esquadra Brasileira (Fragata Nichteroy, *Navios de Guerra Brasileiros*). Lorde Cochrane, entretanto, valendo-se da tática do corte do T, frequentemente utilizada por oficiais britânicos como Nelson, consegue surpreender os portugueses e ganhar uma vantagem considerável descarregando as baterias da Nau “Pedro I” pelos dois bordos (Fragata Nichteroy, *Navios de Guerra Brasileiros*). Apesar disso, as guarnições portuguesas, compondo uma parte considerável da Esquadra Brasileira, recusaram-se a abrir fogo sobre os conterrâneos em alguns navios e sabotaram a artilharia em outros, de modo que Cochrane decide desengajar. Os navios portugueses, ainda desorganizados, não perseguem os brasileiros (Leoncio Martins, 2017, p.354). Os marinheiros responsáveis pelos motins durante a batalha são mandados presos ao Rio de Janeiro por Lorde Cochrane, e John Taylor leva parte de sua guarnição, incluindo Joaquim,

Combate de 4 de maio de 1823

Aquarela do Almirante Augusto de Carvalho



Nau “Pedro I”

Obra de Eduardo de Martino
Coleção Museu Naval

para completar temporariamente a guarnição desfalcada da Nau “Pedro I” (Costa Braga, 2007, p. 101).

Nesse período, fica diretamente sob as ordens do Primeiro Almirante. De volta à Fragata “Nichteroy”, quando da evacuação de Salvador pelos lusos, Joaquim parte junto da Esquadra Brasileira em perseguição ao comboio português de 71 navios (Cheuiche, 2018, p. 47), uma vez que Cochrane temia o perigo de que arribassem em outro porto brasileiro, onde a independência não estivesse firmada (Andrea Frota, 2009, p.13).

Quando atingiram o quarto grau de latitude norte, Cochrane concluiu que os portugueses realmente se dirigiam a Lisboa, e encarregou Taylor de prosseguir a perseguição (Andrea Frota, 2009, p. 13). A Fragata “Nichteroy” apresou dezessete navios na expedição (Andrea Frota, 2009, p.13), apesar do estado degradado da mastreação e do pano (Barroso Pereira, 1881, p. 143), dos mantimentos escassos e da tripulação composta por marinheiros de diferentes países, afrontando algumas vezes o grosso da esquadra adversária (Barroso Pereira, 1881, p. 213) e chegando à foz do Rio Tejo, arvorando pela primeira vez o pavilhão do Império do Brasil na Europa (Barroso Pereira, 1881, p. 214). Joaquim ganha o apelido de Lisboinha a bordo, e em um dos últimos apressamentos, ao largo de Lisboa, sugere a Taylor libertar os prisioneiros restantes, no iate “Paquete de Setúbal” que acabara de ser tomado (Cheuiche, 2018, p.48). O comandante, satisfeito com a

sua conduta durante a comissão, enviou posteriormente um ofício ao Ministro e Secretário de Negócios da Marinha, atestando sua capacidade de cumprir os deveres de voluntário com grande aptidão e zelo, recomendando-o como um oficial (Cheuíche, 2018, p. 49).

Embora o governo Imperial houvesse prometido efetuar sua promoção a oficial, foi determinada a matrícula do voluntário Joaquim Marques Lisboa na Academia Imperial de Marinha, após seu regresso da Guerra de Independência, ao que ele obedeceu (Andrea Frota, 2009, p.14). Todavia, a notícia da sublevação da Confederação do Equador e do envio iminente de uma força naval àquela região levaram Joaquim a tomar uma atitude ousada. Escreveu, aos dezesseis anos, um requerimento diretamente ao Almirante Lorde Cochrane, ignorando todas as instâncias anteriores, solicitando seu embarque em um navio da esquadra (Cheuíche, 2018, p.51). Após o Ministro e Secretário de Negócios da Marinha negar duas vezes o pedido de Cochrane para que Joaquim embarcasse na capitânia, o Almirante apelou diretamente ao Imperador e obteve sucesso, nos seguintes termos:

Majestade, conheço bem esse moço, foi um dos primeiros voluntários alistados. Tomou parte no bloqueio da Bahia, praticou atos de valor no encontro de 4 de maio com a esquadra portuguesa e, embarcado na Niterói, fez o cruzeiro dessa fragata em perseguição aos navios do Almirante Campos. Taylor fez-me sempre as melhores referências



A Fragata "Nicttheroy"
Aquarela do Almirante Trajano Augusto de Carvalho

Exército Imperial do Brasil ataca as forças confederadas no Recife
Obra de Leandro Martins



dele. Bravo, competente, de uma dedicação a toda prova. Posso confirmar tudo isso porque também o tive sob minhas ordens diretas, na Pedro I. E afirmo a Vossa Majestade Imperial que este voluntário, quase menino, é uma das mais promissoras esperanças da Marinha Brasileira. (Cheuíche, 2018, p.53).

A resolução imperial de 27 de julho de 1824 definiu o embarque do voluntário Joaquim Marques Lisboa na capitânia da esquadra que, apenas seis dias depois, suspendeu para as províncias do norte (Andrea Frota, 2009, p.14). Joaquim não tinha conhecimento, mas seu irmão Manuel Marques Lisboa, o Major Pitanga, herói na Guerra da Independência, estava entre os revoltosos e viria a perecer no combate de 2 de setembro de 1824, defendendo o Forte de Tamandaré, em Pernambuco (Costa Braga, 2007, p.105). A Força brasileira abafou sucessivamente a sublevação nas províncias de Pernambuco, Ceará e Maranhão (Andrea Frota, 2009, p.14). Nessa última, Joaquim comandou um destacamento para desarmar forças arregimentadas pelo presidente da província. Restituída a ordem, embarcou na capitânia novamente, chegando ao Rio de Janeiro a 1º de dezembro de 1825 (Andrea Frota, 2009, p.15). No dia seguinte, data do nascimento do Príncipe Dom Pedro, Joaquim Marques Lisboa é promovido a Segundo-Tenente de Comissão (Andrea Frota, 2009, p.15). Apenas oito dias depois, o Império ingressava na Guerra da Cisplatina (Andrea Frota, 2009, p.15). Foi um confronto complexo, pois o Brasil não conhecia bem as peculiaridades geográficas da região, que exigiam navios de pouco calado. A maior parte dos meios da Armada Imperial operava no mar (Costa Braga, 2007, p.106).

Ao embarcar para o combate, o Tenente Lisboa só voltaria a ver o Rio de Janeiro mais de cinco anos depois. No Rio da Prata, foi designado para servir na Canhoneira “Leal Paulistana”, de seis canhões (Neves Alves, 2007, p.22). O Império impusera ao Almirante Rodrigo Lobo a tarefa de bloquear o estuário (Andrea Frota, 2009, p.15), em uma tentativa de sufocar a economia platina. O Almirante William Brown, irlandês que comandava os navios das Províncias Unidas, faz uma tentativa de furar o bloqueio a 9 de fevereiro de 1826, na indecisa (mas sangrenta) Batalha de Corales, da qual o Tenente Lisboa participa (Costa Braga, 2007, p.107). Três meses depois, ele é transferido para servir na familiar Fragata “Niterói”, a esse ponto comandada por James Norton, a bordo da qual combateu uma sequência de batalhas em maio de 1826, nas quais o Império logrou êxito em expulsar os navios platinos da área externa do porto de Buenos Aires (Costa Braga, 2007, p.107). Após mais três combates em junho, o Tenente Lisboa, com apenas dezoito anos de idade, é agraciado com o comando da Escuna “Constança”, devido ao destaque que obteve nas batalhas anteriores (Costa Braga, 2007, p.108).

O conflito, entretanto, não decorria com tranquilidade. A esquadra do Almirante Brown, reconhecendo a impossibilidade de enfrentar a superioridade da Esquadra Brasileira, passa a manobrar em águas mais restritas e empreende a guerra de corso contra a navegação brasileira (Porto e Albuquerque, 2007, p.117). Os corsários apresariam mais de trezentas embarcações brasileiras durante toda a guerra (Leoncio Martins, 2017, p.181). No comando da Escuna “Constança”, o Tenente Lisboa partiu junto de uma força naval composta pelas Corvetas “Duquesa de Goiás” e “Itaparica” e pelo Brigue “Escudeiro”, comandada pelo Capitão de Fragata James Shepherd e guarnecida por 654 homens, rumo ao reduto corsário de Carmem de Patagones, na região do Rio Negro (Andrea Frota, 2009, p.16). A capitânia “Duquesa de Goiás” se chocou contra um banco de areia ao entrar no canal e foi à pique. O navio do Tenente Lisboa se destacou no salvamento de muitos naufragos, mas cerca de trinta pereceram (Andrea Frota, 2009, p.16). Ainda assim, o Comandante Shepherd insistiu em atacar o inimigo por terra, mas os brasileiros foram completamente cercados

e seu chefe acabou morto (Porto e Albuquerque, 2007, p.123). Os navios foram facilmente tomados pelo inimigo e o Tenente Lisboa caiu prisioneiro (Porto e Albuquerque, 2007, p. 122). Os brasileiros precisaram enfrentar muitas humilhações, mas o governo platino decidiu transferi-los para a barra do Rio Salado, onde realizariam trabalho forçado (Costa Braga, 2007, p.109). A 7 de agosto de 1827, foram metidos no abarrotado Brigue “Ana”, escoltado pelas Corvetas “Chacabuco” e “Ituzaingó” (Andrea Frota, 2009, p.16). O Tenente Lisboa e o Tenente Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhaúma, combinaram com os demais prisioneiros uma sublevação para tomar o navio, o que conseguiram realizar sem alertar as escoltas (Costa Braga, 2007, p.109). Em momento oportuno, afastaram-se das corvetas e adotaram uma rota em ziguezague, para despistá-las, atracando em Montevidéu no final do mês de agosto (Costa Braga, 2007, p.109).

Oito dias depois o Tenente Lisboa partia em uma segunda expedição à Patagônia, a bordo da capitânia (Costa Braga, 2007, p.109). Era composta pela Corveta “Maceió” e pelos Brigues “Caboclo” e “Independência ou Morte”. A expedição foi um novo desastre, principalmente pelo desconhecimento do local (Costa Braga, 2007, p.109), com o encalhe da capitânia e do Brigue “Independência ou Morte”. Com o estado do mar se agravando, os dois navios naufragaram e o Tenente Lisboa se atirou na água gelada, sendo resgatado com outros 21 naufragos pelo Brigue “Caboclo”, para evitar a captura pelo inimigo (Vidigal, 2007, p.74). Em 29 de outubro chegam em Montevidéu (Andrea Frota, 2009, p.17). Joaquim Marques Lisboa fora promovido a Primeiro-Tenente no dia 12 daquele mês, e embarcou na Fragata “Príncipe Imperial” cerca de um mês depois, a pedido do Comandante Norton, seu antigo chefe (Costa Braga, 2007, p.109). Em abril de 1828, assumiu o comando da Escuna “Bela Maria”, na divisão do Comandante João de Oliveira Bottas (Andrea Frota, 2009, p.17). Estando fundeada no Rio da Prata durante intenso nevoeiro, no dia 29 de maio, deparou-se com o Brigue “Ocho de Febrero”, do Comandante Tomás Domingos Espora (Costa Braga, 2007, p.110). O navio platino, diante da inferioridade, encalhou em águas mais rasas, de modo que apenas a Es-



Abordagem da Fragata “Imperatriz”
Obra de Eduardo de Martino



A Batalha Naval do Riachuelo
Obra de Victor Meirelles

cuna “Bela Maria” lhe podia oferecer batalha (Andrea Frota, 2009, p.17). E assim o fez o Tenente Lisboa, varando nas proximidades e iniciando um combate que duraria dez horas (Costa Braga, 2007, p.111). Para preservar a vida de sua guarnição, Espora teve de se render, por acabar a munição do seu navio (Costa Braga, 2007, p.111). A rendição se dá com o devido cavalheirismo e Espora acaba tendo sua espada e liberdade restituídas, junto com seus subordinados, graças à conduta honrada no combate (Costa Braga, 2007, p.112). A despedida do Tenente Lisboa e do seu adversário ocorreu por meio de um abraço e da entrega de um monóculo por parte do Comandante Espora, que o recebera do Almirante Brown por atos de bravura (Costa Braga, 2007, p.113).

Em julho de 1828, o Tenente Lisboa assume o comando da Escuna “Rio da Prata” e participa dos combates de 24 de agosto (Costa Braga, 2007, p.113). Mesmo com a assinatura de um acordo de paz preliminar, ainda ficaria no comando de sua escuna até 1832 (Cheuiche, 2018, p.75). No estuário do Prata, transportou diversas vezes brasileiros que eram libertados em Buenos Aires, conforme previa o armistício, bem como apresou a carga de um mercante suspeito que encalhara, devolvendo-a às autoridades argentinas, gerando um agradecimento formal ao Império do Brasil (Costa Braga, 2007, p.113).

Em maio de 1831 regressou à capital, deparando-se com uma cidade caótica (Cheuiche, 2018, p. 68). Um mês antes, Dom Pedro I abdicara em favor do Príncipe Pedro de Alcântara. O Império contava, mais uma vez, com a articulação de forças navais e terrestres para garantir sua unidade. Assim, em junho de 1831, a Escuna “Rio da Prata” e seu comandante suspendiam para Recife, integrando uma força naval cuja missão seria conter numerosas sublevações que passaram a surgir nas

províncias do norte de maneira quase ininterrupta (Neves Alves, 2007, p.24). Dois anos mais tarde, é oficial da Fragata “Baiana”, onde permanece até dezembro de 1833 (Neves Alves, 2007, p.24). Em 1835, ocorreram duas grandes sublevações que puseram em grave risco a manutenção da unidade nacional: a Cabanagem, no Grão-Pará, e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (Cheuiche, 2018, p.77). Inicialmente o Tenente Lisboa foi assumir o comando do Brigue “Cacique” mais uma vez, no qual combateu os cabanos entre 1835 e 1837 (Neves Alves, 2007, p.24).

Em um domingo de lazer, nadava com seu amigo Francisco Manuel Barroso da Silva, Comandante do Brigue “Brasileiro”, nas proximidades da Vila de Cameté (Cheuiche, 2018, p.28). Conheciam-se desde a juventude no Rio de Janeiro, quando frequentaram aulas de inglês do Padre Thomas (Cheuiche, 2018, p.28). Na ocasião, o Tenente Barroso começou a se afogar, porém foi salvo por seu amigo que o carregou até o Brigue “Brasileiro” (Cheuiche, 2018, p.28). O fato se deu trinta anos antes da Batalha Naval do Riachuelo, quando Barroso liderou a Esquadra Brasileira na mais célebre vitória da Marinha do Brasil.

Em 1836, Joaquim foi promovido a Capitão-Tenente, mas foi acometido por beribéri, uma doença causada pela carência de vitamina B1, fato que o fez se afastar do comando em 1837 (Cheuiche, 2018, p.77). No ano seguinte, embarcou na Corveta “Regeneração” para lutar contra a Sabinada (Neves Alves, 2007, p.24). Ainda naquele ano comandou a canhoneira nº13 contra os revoltosos farroupilhas (Neves Alves, 2007, p.25).

Os conflitos para a consolidação da independência não possuem um término exato, mas após a ascensão de Dom Pedro II ao trono, em 1840, as revoltas internas definharam e a situação política se tornou mais estável. Joaquim Marques Lisboa

ainda teria participação na maior parte desses conflitos (Neves Alves, 2007, p.26).

Entre 1838 e 1839, pôde se dedicar mais à sua família (Cheuiche, 2018, p.84). Casou-se a 19 de fevereiro de 1839 com Dona Maria Eufrásia (Cheuiche, 2018, p.85), com quem teve seis filhos. O rigor da profissão não os impediu de construir um relacionamento sólido e Tamandaré chegou a pedir licença temporária do serviço para tratar a saúde de sua esposa na Europa, anos mais tarde (Cheuiche, 2018, p.152).

O relato da trajetória de Joaquim Marques Lisboa na consolidação da Independência, por si só, revela a natureza do sacrifício que ele e outros realizaram em prol do Brasil. Com efeito, defender a honra, a integridade e as instituições nacionais com o sacrifício da própria vida não se refere somente à morte, mas evoca uma entrega diuturna no exercício do dever durante longos anos. Seus grandes feitos não são mais que desdobramentos extraordinários de uma fidelidade construída na aridez da rotina e nas coisas pequenas e de pouca visibilidade, mas que guardam maior mérito por terem pouco reconhecimento e demandarem um sacrifício constante e oculto.

Tamandaré soube demonstrar seu zelo e compromisso não com palavras, mas com o empenho de sua própria vida, ingressando como simples voluntário em uma guerra, com direito apenas à razão e à possibilidade de ser integrado à Armada Imperial. Fica evidente então um aspecto essencial do caráter marinheiro: a virtude da caridade, que corresponde na Rosa das Virtudes, farol dos aspirantes da Escola Naval, à abnegação, ao espírito de sacrifício e ao fogo sagrado. Nenhuma recompensa poderia ser justa o suficiente para ressarcir uma vida perdida na guerra ou durante anos de serviço implacável. Apenas a decisão livre do sujeito, que deixa de esperar uma recompensa digna e passa a se preocupar mais com o objeto do seu amor, pode justificar racionalmente o sacrifício da própria vida. Para o Almirante Tamandaré, os objetos desse amor ou caridade parecem ter sido, principalmente, a justiça e a verdade, sua família e o Brasil.

Na Semana da Pátria, essa reflexão se faz profundamente atual, pois o caráter da Marinha do Brasil guarda os mesmos aspectos desde a Independência. O atual cenário mundial apresenta

uma inegável escalada de conflitos e de agitações políticas, os quais evocam a necessidade de aprestamento militar para a garantia da soberania. E parece ser tão importante quanto possuir meios tecnológicos e pessoal qualificado, ter bem definida a essência do caráter marinheiro e bem internalizados os seus valores vitais. É assim que passado e presente se entrelaçam, oferecendo possibilidades de um futuro de prosperidade. Tudo Pela Pátria. Viva a Marinha. Viva o Brasil. Muito obrigado. ■

REFERÊNCIAS

- ANDREA FROTA, Guilherme de. *O despertar. Tamandaré*. Navigator. Rio de Janeiro, SDM, p. 11-17. 2009.
- BARROSO PEREIRA, Luis. *Relação Nautico-Militar da viagem da Fragata do Imperio do Brazil*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, p. 137-149 e p. 210-223, 2º semestre de 1881. Disponível em: <<https://revistamaritima.net/sis/login>> . Acessado em: 27/08/2024.
- CHEUICHE, Alcy. *O Velho Marinheiro*. 1ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- COSTA BRAGA, Claudio da. *A Independência do Brasil – Uma Visão Portuguesa*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 138, nº 07/09, p. 44-52, jul./set. 2018. Disponível em: <<https://revistamaritima.net/sis/login>> . Acessado em: 23/08/2024.
- COSTA BRAGA, Claudio da. *Tamandaré nas Guerras da Independência e Cisplatina*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 127, p. 97-113, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistamaritima.net/sis/login>> . Acessado em: 25/08/2024.
- FRAGATA NICTEROY. *Navios de Guerra Brasileiros*. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/ngb/N/N005/N005.htm>>. Acessado em 25/08/2024.
- LEONCIO MARTINS, Helio. *O curso nas costas do Brasil (1826-1828)*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, suplemento, p.166-186, 2017. Disponível em: <<https://revistamaritima.net/sis/login>> . Acessado em: 25/08/2024.
- LEONCIO MARTINS, Helio. *Os Ingleses na Marinha da Independência*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, suplemento, p. 353-361. 2017. Disponível em: <<https://revistamaritima.net/sis/login>> . Acessado em: 22/08/2024.
- NEVES ALVES, Francisco das. *Almirante Joaquim Marques Lisboa – o bicentenário do Marquês de Tamandaré: história & memória*. 1ª edição. Rio Grande: Marinha do Brasil / 5º Distrito Naval – Faculdades Atlântico Sul / Anhanguera Educacional, 2007.
- PORTO E ALBUQUERQUE, Antonio Luiz. *Tamandaré jovem nos primeiros momentos de guerra 1823-1827*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.127, p. 115-124, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistamaritima.net/sis/login>> . Acessado em: 29/08/2024.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Tenente Marques Lisboa e as Expedições à Patagônia*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 127, p.69-74, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistamaritima.net/sis/login>> . Acessado em: 01/09/2024.

* Aspirante